



Foto: Karla Moura Andrade



ADEQUAÇÃO

AOS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS

José Luiz Oliveira de Aguiar é bacharel em Ciências Contábeis, graduado pela Faculdade Moraes Júnior, possui MBA em Desenvolvimento de Competências Estratégicas Gerenciais, pela Fundação Getúlio Vargas, e trabalhou, no início dos anos 70, no mercado financeiro. Em 1979, ingressou em FURNAS, como Assessor de Contabilidade. Em 1997, passou a gerente da Divisão de Registro de Recursos (DIRR.F) e, dois anos depois, foi designado para a gerência do Departamento de Contabilidade (DCB.F). No final de 2002, ocupou interinamente o cargo de gerente da Superintendência de Contabilidade e Controle (SC.F), assumindo formalmente a unidade no início de 2003. Nesta entrevista para a Revista FURNAS, ele fala sobre as atividades da superintendência; os trabalhos realizados para elaborar o inventário físico-contábil dos bens da Empresa; e as ações que terão que ser adotadas, a partir do próximo ano, para adequar os procedimentos de controles internos, sob a ótica da Lei Sarbanes Oxley. Tais procedimentos se fazem necessários dado o processo para futuro lançamento de ADR's nível II por parte da Eletrobrás, no mercado externo.

QUAL A ESTRUTURA DA SC.F?

Nós estamos estruturados em três unidades. Assessoria de Controle Interno e Análise Contábil (ACI.F), que afere e analisa o grau de confiabilidade das atividades de cada função da Empresa; o Departamento de Custos e Controle Patrimonial (DCP.F), que, entre outras funções, planeja, coordena, institui, divulga e acompanha a estrutura de apuração de custos estrutural e de investimentos, visando atender à legislação específica e às necessidades gerenciais de FURNAS; e Departamento de Contabilidade (DCB.F), que elabora, estabelece e propõe os procedimentos a serem observados para o cumprimento das disposições legais, fiscais e as específicas do setor elétrico.

QUAL A FUNÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA?

Planejar, estabelecer, controlar e propor planos e metas para as atividades de contabilidade e de controle da Empresa, abrangendo registros oficiais e auxiliares de contabilidade geral e de contabilidade de custos. Controle interno, controle patrimonial e gerenciamento de informações econômico-financeiras. Apresentamos, mensalmente, à Diretoria Financeira e aos conselhos Fiscal e de Administração as demonstrações contábeis resumidas e relatórios econômico-financeiros. Também temos como atribuição prestar informações para órgãos externos como Eletrobrás, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Receita Federal, IBGE, auditorias externas, bancos, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

COMO ESTÃO OS TRABALHOS SOBRE O INVENTÁRIO FÍSICO E CONTÁBIL?

De acordo com a Circular Geral nº 063.2005, de 15 de setembro deste ano, foi encerrado o inventário dos equipamentos de informática, porém, não totalmente concluído por alguns órgãos. Em relação aos demais equipamentos gerais o prazo previsto na circular foi encerrado dia 15 de outubro. Estamos atuando, também, em parceria com as demais diretorias, para atender os preceitos estabelecidos na portaria Dnaee nº 815/1994, atualizada pela Resolução da Aneel nº 15/1997, que tem como objetivo elaborar e manter atualizado o cadastro de todos os bens patrimoniais. Após a conclusão do inventário de todos os bens registrados no ativo permanente de FURNAS teremos condições de identificar a localização física e o custo contábil dos referidos bens por cada instalação da Empresa.

QUAL O PRAZO PARA A FINALIZAÇÃO DESTA INICIATIVA?

Quero dizer que nós já fazemos este trabalho de forma não sistematizada. Porém, para dar agilidade aos processos, contratamos uma empresa para atuar fortemente nesta ação, por meio de *softwares* específicos. Nossa previsão é finalizar este trabalho em março do próximo ano. Ao final dele, por exemplo, teremos todo o controle do patrimônio físico das nossas subestações, linhas de transmissão e a parte de telecomunicações registrado contabilmente, em conformidade com as normas da Aneel. Com isto, poderemos conhecer em tempo real, todos os bens que compõem o nosso patrimônio de transmissão.

“

Em 2004, estes tributos corresponderam, aproximadamente, ao montante de R\$ 890 milhões.

”

QUAIS SÃO OS TRIBUTOS E ENCARGOS RECOLHIDOS POR FURNAS?

Temos os tributos federais, estaduais e municipais. Os que incidem sobre a venda de energia são o Pasep e a Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido incidem sobre o resultado do período ajustado por adições e exclusões. No que se refere aos tributos estaduais, muito embora FURNAS seja contribuinte do ICMS, recolhemos, tão somente, o diferencial de alíquota nas operações interestaduais, bem como o ICMS sobre a venda de energia ao consumidor livre, que, nesta modalidade, FURNAS atua como substituta tributária, ou seja, cobra do consumidor o imposto embutido na tarifa e recolhe aos cofres do fisco. Já o ISS, de competência municipal, incide sobre a prestação de serviço. Quanto aos encargos setoriais, temos a Reserva Geral de Reversão (RGR), a Taxa de Fiscalização da Aneel, a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2004, estes tributos corresponderam, aproximadamente, ao montante de R\$ 890 milhões.

COMO ESTÃO AS ADEQUAÇÕES ÀS EXIGÊNCIAS DA SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC)?

A contabilidade já está trabalhando para se adaptar aos padrões do US GAAP. Toda a Empresa terá que adotar os preceitos da Sarbanes-Oxley, especificamente o artigo 404, que se refere aos controles internos. Para isto, em conjunto com nossa Auditoria Interna, está atuando, também, uma empresa contratada pela Eletrobrás, a Ernest & Young. Este trabalho deverá ser encerrado em novembro deste ano, porque a partir de janeiro de 2006, todas as empresas do Grupo Eletrobrás deverão estar com seus processos adequados para o lançamento futuro das ADR's nível II. □